UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

(última atualização: 27/06/2025)

Disciplina: **A Teoria do Presidencialismo de Coalizão revisitada (II/2025)**
Professor: **Rogério Arantes**

Objetivos

O objetivo principal da disciplina é rever, de modo sistemático, a Teoria do Presidencialismo de Coalizão. Constituem objetivos específicos (1) a revisão dos fundamentos históricos, teóricos, comparados e empíricos da explicação dominante sobre as relações entre Executivo e Legislativo no pós-1988 e (2) o estudo da incorporação de novos elementos capazes de integrar explicações sobre a governabilidade. O curso também constitui oportunidade para obter formação básica acerca das instituições políticas brasileiras, além da revisão crítica e da contribuição analítica para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e novos fundamentos empíricos e comparados.

Justificativas

Embora a Teoria do Presidencialismo de Coalizão (TPC) venha informando com êxito a ciência política brasileira por mais de duas décadas, seu argumento central se apoiou quase exclusivamente na força do executivo (se considerarmos a primeira geração de estudos) ou, numa versão mais ampliada, na construção de uma coalizão capaz de organizar os fluxos de interesses e de políticas na interação entre executivo e legislativo, preferencialmente assentada em partidos disciplinados (se considerarmos por onde a teoria evoluiu e se desdobrou). A principal evidência do êxito do presidente e de sua coalizão é a aprovação da agenda do executivo. Embora restem dúvidas sobre como identificar *ex ante* a preferência do executivo por determinadas *policies*, a prova empírica da tese do poder de agenda é *ex post*, colhida nas votações nominais, principalmente na Câmara dos Deputados, envolvendo legislação ordinária derivada de projetos de lei e/ou de medidas provisórias, e considerando o posicionamento da liderança do governo na casa. Todavia, essa mesma teoria parece ter subestimado fatores importantes, tais como a dimensão da política constitucional e o fato de que o Congresso Nacional governa em grande medida por meio Emendas Constitucionais, submetendo a federação, o judiciário e por vezes o próprio executivo às suas preferências. Em outras palavras, a teoria acerca desse arranjo político negligenciou a dimensão constitucional da política e pouca atenção foi dispensada até agora à política envolvendo a constituição, seu emendamento e o controle constitucional pelo STF, âmbitos nos quais os poderes institucionais do presidente são mais reduzidos em comparação à produção legal infraconstitucional.

A disciplina pretende revisar a TPC de modo a requalificar o papel do Congresso Nacional, do STF e da Federação no sistema político brasileiro, bem como demonstrar a centralidade da constituição brasileira no processo decisório e governamental cotidiano do país. A revisão levará em consideração as diferentes fases pelas quais passou a Ciência Política dedicada à análise do arcabouço constitucional de 1988, bem como o processo político e as crises que afetaram o desempenho do poder presidencial *vis a vis* os demais poderes.

Dinâmica do curso

- O curso será presencial.
- A tarefa de revisão da TPC será, fundamentalmente, coletiva.
- As aulas serão divididas em 3 partes:
    - Parte 1: expositiva sobre o tópico (50%)
    - Parte 2: problematização coletiva do tópico (25%)
    - Parte 3: possibilidades de novos desenvolvimentos do tópico (25%)
- Textos e materiais serão disponibilizados aos alunos pelo *E-disciplinas*
- As aulas ocorrerão às quintas-feiras, das 14h às 18h (Início do curso: 21-ago-25)
- A bibliografia semanal se divide em textos básicos (em torno dos quais ocorrerá a exposição e o debate) e textos complementares indicados para aprofundamento do tópico e utilização no desenvolvimento dos trabalhos.

Atividades obrigatórias e critérios de avaliação.

- As/os alunas/os serão avaliadas/os com base na sua participação qualificada ao longo do curso e por meio de trabalhos escritos, da seguinte forma:
    - Participação qualificada (**15% da média final**):
        - Assiduidade.
        - Participação, por meio de comentários baseados na bibliografia.
        - Em especial, contribuições às partes 2 e 3 das aulas.
    - Elaboração de três exercícios sobre três aulas de livre escolha da/o aluna/o, (a partir da Aula 03) com até 3 páginas ou 7 mil caracteres com espaço, estruturados em três partes:
        - Apresentar os fundamentos teóricos e/ou empíricos e/ou comparados do tópico em questão, presentes na bibliografia indicada.
        - Crítica do argumento teórico e/ou da fundamentação empírica e/ou comparada da análise sobre o tópico.
        - É possível avançar na formulação teórica e/ou fundamentação empírica e/ou comparada do tópico selecionado?
            - O exercício deverá ser entregue até as 13h do dia anterior à respectiva aula, para que possa ser incluído no plano de aula e de debate preparado pelo professor.
            - **Cada exercício valerá 15% da média final**

a. Trabalho Final (**40% da média final**)
    - Uma proposta de desenvolvimento do trabalho deverá ser enviada por e-mail pela/o aluna/o até a véspera da **10ª aula** com i) a indicação do tema ou problema a ser desenvolvido e ii) uma breve justificativa de sua escolha. Recebido o "sinal verde" para execução do trabalho, a versão final deverá ser entregue em data a ser definida em função do implacável Janus..

Introdução

Aula 1 (21/08/25)
Apresentação do curso. Introdução: Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão.

Leitura básica:

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Capítulo 1, pp 19-39.

Leitura complementar:

MELO, Marcus A. (2007) "O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática". Revista Brasileira de Ciências Sociais. 22(63):11–29. https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100003

COX, Gary and MCCUBBINS, Matthew (2001). "The institutional determinants of Economic Policy Outcomes" in Haggard, Stephan and McCubbins, Matthew (eds.). *Presidents, Parliaments, and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Aula 2 (28/08/25)
Antecedentes: o debate sobre a (in)governabilidade nos anos 1980.

Leitura básica:

ABRANCHES, Sergio (1988) "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro" *Dados*, vol 31, n.1, 1988, pp-5-34.

LAMOUNIER, Bolívar (1992). "Estrutura institucional e governabilidade na década de 90". In Reis Velloso, João Paulo dos (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

MAINWARING, Scott (1993). "Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil". Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (28-29), 21–74. https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100003

Leitura complementar:

LAMOUNIER, Bolívar. (1992) "Redemocratização e estudo das instituições políticas no Brasil. In MICELI, Sérgio (org) *Temas e problemas da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Idesp, Sumaré. pp 43-53

LAMOUNIER, Bolivar. (1994). "A Democracia Brasileira de 1985 à década de 90: A Síndrome da Paralisia Hiperativa",*in:* J.P. dos Reis Velloso (coord.) *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. Pp 25-63 ler especialmente 38-61.

LIMONGI, Fernando. (1999). "Institucionalização política" in MICELI, Sérgio (org) *O que ler na Ciência Social brasileira. Política*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, Brasilia: DF CAPES, 1999.

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Herminia B T de; FREITAS, Andrea M. de (2016) "Da Sociologia Política ao (Neo)Institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil". In: Carlos Milani; Leonardo Avritzer, Maria Do S. Braga. (Orgs). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, (pp. 61-92)

Aula 3 (04/09/25).
Constituição de 1988: mudança ou continuidade? Os poderes do Presidente e a organização do Legislativo.

Leitura básica:

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional.* Rio de Janeiro: Editora FGV. Capítulo 2, pp 41-72.

SHUGART, Matthew CAREY, John (1992). *Presidents and Assemblies. Constitutional design and electoral dynamics.* Cambridge University Press. Chapters 7, 8. Pp 131-166.

Leitura complementar:

CHEIBUB, Jose A.; LIMONGI, Fernando (2010) "From Conflict to Coordination: Perspectives on the Study of Executive-Legislative Relations". *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 38-53.

FIGUEIREDO, Argelina (2008) "O Executivo nos sistemas de governo democráticos". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, no 58, p. 7-28.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (2007). "Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira" in MELO, C. R. & SAEZ, Manuel A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.* Belo Horizonte: Editora UFMG. (Pp. 147-198)

SANTOS, MANOEL LEONARDO; PEREZ-LINAN, ANÍBAL y GARCIA MONTERO, MERCEDES. El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina. *Revista Ciência Política (Santiago).* 2014, vol.34, n.3 pp.511-536. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2014000300001.

Aula 4 (11/09/25)
Disciplina partidária: causa ou consequência?

Leitura básica:

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional.* Rio de Janeiro: Editora FGV. Capítulo 3, pp.73-99.

AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil.* Editora FGV. Cap 7, pp237-278.

Leitura complementar:

AMORIM NETO Octavio, SANTOS Fabiano. "O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros". *Dados.* 2003;46(4):661–98. https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000400002

AMORIM NETO Octavio, SANTOS Fabiano. "A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil." *Dados.* 2001;44(2):291–321. https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200003

MAINWARING S, PÉREZ LIÑAN A. "Disciplina partidária: o caso da Constituinte." *Lua Nova.* 1998;(44):107–36. https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200006

SHUGART, Matthew CAREY, John. (1992) *Presidents and Assemblies. Constitutional design and electoral dynamics.* Cambridge University Press. Chapters 9. Pp 167-205.

Aula 5 (18/09/25)
A pedra de toque do sistema político: as medidas provisórias.

Leitura básica:

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Capítulo 5, pp 125-156.

RENNO, Lucio. Executive-legislative relations in Brazil: is 2009 the first year of the rest of our lives? *Revista de Ciência Política (Santiago)*. 2010, vol.30, n.2 pp.213-230. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2010000200003.

Leitura complementar:

ALMEIDA, Acir (2014). "Informação, delegação e processo legislativo: A política das medidas provisórias", Texto para Discussão, No. 1933, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

ARANTES, Rogério B. *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo: Idesp/Sumaré, Educ, 1997. Cap IV. Pp 117-151.

CAREY, John e SHUGART, Matthew (eds.) (1998) *Executive decree authority*. Cambridge University Press. Chapter 1. "Calling out the tanks or filling out the forms". Pp 1-29.

RIBEIRO, Leandro Molhano; MUNIZ, Mariana Novotny. "Imaginação, transgressão, e formalização: Ações do Congresso e do STF na definição de regras de tramitação de Medidas Provisórias." *Revista de Estudos Institucionais*, v. 6, p. 155-183, 2020.

Aula 6 (25/09/25)
Formação e performance da coalizão

Leitura básica:

LIMONGI, Fernando. "Presidencialismo e Governo de Coalizão". In: Leonardo Avritzer; Fátima Anastasia. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 237-257

FREITAS, Andrea M de. "Unboxing the Active Role of the Legislative Power in Brazil". *Brazilian Political Science Review*. 2016;10(2): https://doi.org/10.1590/1981-38212016000200004

Leitura complementar:

ALMEIDA, Acir. "A Produção Legislativa no pós-1988: tendências recentes e desafios". In: Leonardo Monasterio; Marcelo Neri; Sergei Soares. (Org.). *Brasil em Desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas*. 1ed.Brasília: Ipea, 2014, v. 2, p. 247-260.

AMORIM NETO, Octavio. "Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil". *Dados*. 2000;43(3):479–519. https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003

BERTHOLINI, Frederico PEREIRA, Carlos (2017) "Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro." In RAP *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro 51(4):528-550, jul. - ago. 2017

CHEIBUB, J. A., PRZEWORSKI, A., & SAIEGH, S. (2002). "Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas." *Dados, 45*(2), 187–218. https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200001

Parte 2. Dimensões omitidas ou subavaliadas

Aula 7 (02/10/25)
Federalismo: importa ou não importa?

Leitura básica:

CHEIBUB JA, Figueiredo A, LIMONGI F. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006. *Dados* 2009 Jun;52(2):263–99. https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000200001

ARRETCHE, Marta (2013). "Quando instituições federativas fortalecem o governo central?" *Novos Estudos* CEBRAP. São Paulo. no.95 São Paulo Mar 2013. https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100003

Leitura complementar:

SAMUELS, David e ABRUCIO, Fernando. (2000) Federalism and Democratic Transitions: The "New " Politics of the Governors in Brazil. *Publius, The Journal of Federalism* 30: 2 (Sprin g 2000). Pp 43-61

SAMUELS, David. (2003) Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil. Cambridge University Press.

SOUZA, Celina. (2023) Estados: o elo perdido da cadeia federativa? In PALOTTI, Pedro (et al) *E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Pp 95-111.

STEPAN, Alfred. (1999) "Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos". *Dados*, vol. 42, nº 2, 1999, pp. 197-251.

Aula 8 (09/10/25)

O 3º Poder que controla a bolsa e a espada: o STF

Leitura básica:

DAHL, Robert. (1957), "Tomada de Decisões em uma Democracia". *Revista de Direito Administrativo*, 252, 2009: 25-43

MARIANO SILVA, J. Depois da "judicialização": um mapa bibliográfico do Supremo. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 30, 2022.

Leitura complementar:

ARANTES, Rogério B. "STF e Constituição policy-oriented" In *Suprema. Revista de Estudos Constitucionais*, Vol 1, n.1 2021.

GINSBURG, Tom and VERSTEEG, Mila. (2014) "Why Do Countries Adopt Constitutional Review?" *Public Law and Legal Theory Research Paper Series* 2013-29.

KNIGHT, Jack. (2001). "Institutionalizing Constitutional Interpretation" in FEREJOHN, J. & RAKOVE, J & RILEY, J (Eds.) (2001). *Constitutional Culture and Democratic Rule*. Cambridge University Press.

TAYLOR, Matthew. (2007) "O Judiciário e as Políticas Públicas No Brasil". Dados, vol.50, n.2, pp.229-257.

Aula 9 (16/10/25)

Instituições de controle, corrupção, *impeachment* e o enfraquecimento institucional da Presidência.

Leitura básica:

ARANTES, Rogério B. "The Federal Police and the Ministério Público." In: Timothy POWER; Matthew TAYLOR. (Org.). *Corruption and Democracy in Brazil*. 1ed.Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2011, p. 184-217.

LIMONGI, Fernando., & FIGUEIREDO, Argelina C. (2017). "A crise atual e o debate institucional." *Novos Estudos CEBRAP*, *36*(3), 79–97. https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008

Leitura complementar:

ARANTES, Rogério B.; MOREIRA, Thiago M. Q. "Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal." Opinião Pública, v. 25, p. 97-135, 2019.

ARMANI, Gabriela Fischer (2023). *Controle judicial de mandatos: Supremo Tribunal Federal e parlamentares federais (1988-2022)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2023.

DA ROS, Luciano e TAYLOR, Matthew. *Brazilian politics on trial. Corruption and reform under democracy.* Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2022. Chapter 6, pp 179-206.

LIMONGI, Fernando. *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. Todavia, 2023.

MELO, Marcus André. (2009). "Strong presidents, robust democracies? Separation of powers and rule of law in Latin America." Brazilian Political Science Review, vol., 3, n.2.

RODRIGUES, Fabiana. *Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

23 de outubro: Anpocs

Aula 10 (30/10/25)
Constituição e Políticas Públicas

Leitura básica:

COUTO, Cláudio G. & ARANTES, Rogério B. (2006) "Constituição, governo e democracia no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61.

TSEBELIS, George and NARDI, Dominic. (2014) "A Long Constitution is a (Positively) Bad Constitution: Evidence from OECD Countries". British Journal of Political Science, Available on CJO 2014, doi:10.1017/S0007123414000441

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina (2009). "Poder de agenda e políticas substantivas". Em: RENNÓ, L.; INÁCIO, M. (eds.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 77-104.

Leitura complementar:

COUTO, Cláudio Gonçalves; LIMA, G. M. R. "Continuidade de Políticas Públicas: A Constitucionalização Importa?" *Dados*, v. 59, p. 1055-1089, 2016.

DIXON, Rosalind. "Constitutional drafting and distrust" *I•CON* (2015), Vol. 13 No. 4, 819–846

ELKINS, Zachary and GINSBURG, Tom and MELTON, James. (2009) *The Endurance of National Constitutions*. Cambridge University Press. Cap. 4,5 e 6.

NEGRETTO, Gabriel (2012). "Toward a Theory of Formal Constitutional Change: Mechanisms of Constitutional Adaptation in Latin Latin America" in NOLTE, Detlef and SCHILLING-VACAFLOR. Almut (Org.). *New Constitutionalism in Latin America: Promises and Practices.* Farnham, Burlington: Ashgate Publishing. pp 51-72.

TSEBELIS, George. (2017) "The Time inconsistency of long constitutions: evidence from the world". *European Journal of Political Research.*

Aula 11 (06/11/25)
Emendamento e política constitucional: governando com a Constituição

Leitura básica:

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Capítulo 7, pp 193-223.

ARANTES, Rogério B; COUTO, Cláudio G. "1988-2018: Trinta anos de constitucionalização permanente". In: Naercio Menezes Filho; André Portela Souza. (Org.). *A Carta: para entender a Constituição brasileira.* 1ªed.São Paulo: Todavia, 2019 pp. 13-52

Leitura complementar:

LUTZ, Donald (1995). "Toward a Theory of Constitutional Amendment." In Sanford LEVINSON, (ed). *Responding to Imperfection: The Theory and Practice of Constitutional Amendment.* Princeton: Princeton University Press, pp. 237-274.

GINSBURG, Tom, and James MELTON. "Does the Constitutional Amendment Rule Matter at All? Amendment Cultures and the Challenges of Measuring Amendment Difficulty"; *International Journal of Constitutional Law* 13, no. 3 (2015): 686-713.

TSEBELIS, George. "Constitutional Rigidity Matters: A Veto Players Approach". *British Journal of Political Science* (2021), page1 of 20 doi:10.1017/S0007123420000411

Conclusão

Aula 12 (13/11/25)
Possibilidades e limites da governabilidade no presidencialismo de coalizão

Leitura básica:

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. (2020). "Política constitucional e a centralidade da constituição na democracia brasileira". Paper apresentado no 12º Encontro da ABCP.

Leitura complementar:

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. (2022). "Constitutions and Public Policies." In Gargarella, Roberto e Mendes, Conrado H. *Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America.* Oxford University Press.

Cronograma sintético

Data	Aula
21/8/25	Aula 1. Apresentação do curso. Introdução: Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão.
28/8/25	Aula 2. Antecedentes: o debate sobre a (in)governabilidade nos anos 1980.
04/9/25	Aula 3. Constituição de 1988: mudança ou continuidade? Os poderes do Presidente e a organização do Legislativo
11/9/25	Aula 4 Disciplina partidária: causa ou consequência?
18/9/25	Aula 5 A pedra de toque do sistema político: as medidas provisórias.
25/9/25	Aula 6 Formação e performance da coalizão
02/10/25	Aula 7 Federalismo: importa ou não importa?
09/10/25	Aula 8 O 3º Poder que controla a bolsa e a espada: o STF
16/10/25	Aula 9 Instituições de controle, corrupção, *impeachment* e o enfraquecimento institucional da Presidência
23/10/25	ANPOCS (não haverá aula)
30/10/25	Aula 10 Constituição e Políticas Públicas
06/11/25	Aula 11 Emendamento e política constitucional: governando com a Constituição
13/11/25	Aula 12 Possibilidades e limites da governabilidade no presidencialismo de coalizão

Bibliografia geral para consulta

ABRANCHES, Sérgio H. (1988). "Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro". *Dados*, 31, 1: 5-34.

ABRANCHES, Sérgio H. (2018). Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras.

ABRANCHES, Sérgio H. (2020). "Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil". Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político. Año 2, Nº 3 - 2020.

ALSTON, Lee; MELO, Marcus André ; MUELLER, Bernardo ; PEREIRA, C. Why Countries Transition? The Case of Brazil, 1964-2016. Atlantic Economic Journal, v. 44, p. 1-28, 2016.

AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil.* Editora FGV

AMES, Barry. (1995). "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress". *The Journal of Politics*, Vol. 57, No. 2, May.

AMORIM NETO, O. ; SANTOS, F. G. M. . A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. DADOS-REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS, v. 44, p. 291-321, 2001.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, Fabiano (2003). The Inefficient Secret Revisited: The Legislative Input and Output of Brazilian Deputies. LEGISLATIVE STUDIES QUARTERLY, Iowa City, Iowa, EUA, v. 28, n.3, p. 449-479, 2003.

AMORIM NETO, Otávio. (2006). The Presidential Calculus: Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas. COMPARATIVE POLITICAL STUDIES, Univ. of Washington, Seattle, v. 39, n.4, p. 415-440, 2006.

ARANTES, Rogério B. e ARGUELHES, Diego W. (2019) "O estado da arte da pesquisa sobre o Supremo Tribunal Federal". In: Mafei, Rafael; Feferbaum, Marina. (Org.). *Metodologia da Pesquisa em Direito - Técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses.* 7ed.São Paulo: Saraiva, p 437-450.

ARANTES, Rogério B. "STF e Constituição policy-oriented" In *Suprema. Revista de Estudos Constitucionais*, Vol 1, n.1 2021.

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. (2020). "Política constitucional e a centralidade da constituição na democracia brasileira". Paper apresentado no 12º Encontro da ABCP.

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. (2022). "Constitutions and Public Policies." In Gargarella, Roberto e Mendes, Conrado H. *Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America.* Oxford University Press.

ARANTES, Rogério B. e COUTO, Cláudio G. (2012) "Constitutionalizing Policy: the Brazilian Constitution of 1988 and its impact on governance". NOLTE, Detlef and SCHILLING-VACAFLOR. Almut (Org.). *New Constitutionalism in Latin America: promises and practices.* Farnham: Ashgate, 2012.

ARANTES, Rogério B. e COUTO, Cláudio G. (2019) "1988:2018: Trinta anos de constitucionalização permanente". In: Naércio Menezes Filho; Andre Portela Sousa. (Org.). *A Carta. Para entender a Constituição brasileira.* 1ed. São Paulo: Todavia, 2019, p. 13-52.

ARGUELHES, Diego; RIBEIRO, Leandro. (2018), "Ministrocracia: o Supremo individual e o processo democrático brasileiro". *Novos Estudos CEBRAP*, 37, 1: 13-32

ARRETCHE, Marta (2012). *Democracia, federalismo e centralização no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora Fiocruz.

ARRETCHE, Marta (2013). "Quando instituições federativas fortalecem o governo central?" Novos Estudos CEBRAP. São Paulo. no.95 São Paulo Mar 2013.

BARON, David P. & FEREJOHN, John A. (1989). The Power to Propose In: Ordeshook, Peter C. (ed.). Models of Strategic Choice in Politics. Ann Arbor. The University of Michigan Press.

BATISTA, Mariana. (2016). O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. Revista De Sociologia E Política, 24(57), 127–155.

BERTHOLINI, Frederico PEREIRA, Carlos (2017) "Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro." In RAP Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro 51(4):528-550, jul. - ago. 2017

BONFIM, Raul; LUZ, Joyce Hellen; VASQUEZ, Vitor. Mandatory Individual Amendments: a Change in the Pattern of Executive Dominance in the Brazilian Budgetary and Financial Cycle. BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW, v. 17, p. 1-31, 2023

BORGES, A. (2015). Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. Dados, 58(3), 651–688. https://doi.org/10.1590/00115258201555

CAREY, John M. & SHUGART, Mattew S. (1995). Executive *Decree Authority: Calling out the Tanks or Just Filling Out the Forms?* Cambridge. Cambridge University Press.

CAREY, John M. & SHUGART, Mattew S. 1995. "Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies 14.*

COUTO, Cláudio G. & ARANTES, Rogério B. (2006) "Constituição, governo e democracia no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61.

COX, John. 1987. *The Efficient Secret.* Cambridge Cambridge University Press.

DINIZ, Simone. Interações Entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), Rio de Janeiro, v. 48, n.2, p. 333-369, 2005.

ELKINS, Zachary; GINBURG, Tom and MELTON, James (2009). The Endurance of National Constitutions. New York: Cambridge University Press.

FIGUEIREDO, Argelina (2008) "O Executivo nos sistemas de governo democráticos". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, no 58, p. 7-28.

FIGUEIREDO, Argelina C. (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.* São Paulo: Paz e Terra.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, F. 1994. "O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-Constituinte". Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, no. 38.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, F. 1995b. *"Poderes legislativos e o poder do Congresso".* Rio de Janeiro Monitor Público, no. 5, março/maio.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, F. 1996. *O Congresso Nacional: Organização, Processo Decisório e Produção Legal, Cadernos de Pesquisa*, no. 5, Cebrap, Entrelinhas, pp. 1-97.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, Fernando. 1995a. "Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 29.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, Fernando. 1997. "O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação?". *Novos Estudos - CEBRAP*, No. 47.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (2007). "Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira" in MELO, C. R. & SAEZ, Manuel A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.* Belo Horizonte: Editora UFMG. Págs. 147-198.

FREITAS, Andrea e GUARNIERI, Fernando (2018) "Neoinstitucionalismo na pós-Constituição de 1988 e as duas visões sobre os partidos políticos no Brasil" in Hollanda, C.B. Veiga, L.F. e Amaral, O. (orgs). *A constituição de 88: trinta anos depois.* Curitiba, Editora UFPR

FREITAS, Andrea. (2016) "Unboxing the Active Role of the Legislative Power in Brazil". Brazilian Political Science Review, vol 10, n.2

FREITAS, Andrea. (2016) *O presidencialismo da coalizão.* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

FREITAS, Andréa e Maurício IZUMI, Danilo MEDEIROS "Coalizões e Comportamento Legislativo no Brasil (1988-2010)" in Rogério Arantes, Lucas Petroni (editores) *A nova ciência da política.* São Paulo: FFLCH/USP, 2020 pp. (331-364)

GINSBURG, Tom, and James MELTON. "Does the Constitutional Amendment Rule Matter at All? Amendment Cultures and the Challenges of Measuring Amendment Difficulty"; *International Journal of Constitutional Law* 13, no. 3 (2015): 686-713.

GINSBURG, Tom. (2003) *Judicial Review in New Democracies. Constitutional Courts in Asian Cases.* Cambridge University Press,

INÁCIO, Magna & REZENDE, Daniela. "Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas". *Opinião Pública*, vol.21 nº 2 Campinas ago. 2015.

KNIGHT, Jack. (2001). "Institutionalizing Constitutional Interpretation" in FEREJOHN, J. & RAKOVE, J & RILEY, J (Eds.) (2001). *Constitutional Culture and Democratic Rule.* Cambridge University Press.

KREHBIEL, Keith. 1991. *Information and Legislative Organization.* Ann Arbor, University of Michigan Press.

LAMOUNIER, Bolívar (1988) "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura" *in:* STEPAN, Alfred (org.), *Democratizando o Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pp. 83-134.

LAMOUNIER, Bolivar (2015). "O que se constrói quando se constrói a democracia." In *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*, São Paulo: Editora UNESP (pp. 13–27.)

LAMOUNIER, Bolívar. (1992) "Estrutura institucional e governabilidade na década de 90". In Reis Velloso, João Paulo dos (org.). O Brasil e as reformas políticas. Rio de Janeiro: José Olympio.

LAMOUNIER, Bolivar. 1994. "A Democracia Brasileira de 1985 à década de 90: A Síndrome da Paralisia Hiperativa", *in:* J.P. dos Reis Velloso (coord.), *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

LAVER, Michael e SHEPSLE, Keneth A. (ed). 1994. *Coalitions and Parliamentary Government.* Cambridge, Cambridge University Press.

LAVER, Michael e SHEPSLE, Keneth. 1996. *Making and Breaking Governments.* Cambridge, Cambridge University Press.

LIJPHART, Arend (2003). *Modelos de Democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

LIMONGI, F & FIGUEIREDO, Argelina C. 1996a. "Apoio partidário no presidencialismo". Rio de Janeiro, *Monitor Público*, no.8, janeiro/março.

LIMONGI, F. FIGUEIREDO, Argelina C. 1996b *"As reformas (des)necessárias". São Paulo em Perspectiva*, vol. 10, no.4, SEADE, 1997.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina C. 1995. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". *DADOS* Vol. 38.

LIMONGI, Fernando. *Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato.* 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023. v. 1. 302p

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Herminia B T de; FREITAS, Andrea M. de (2016) "Da Sociologia Política ao (Neo)Institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil". In: Carlos Milani; Leonardo Avritzer, Maria Do S. Braga. (Orgs). *A ciência política no Brasil: 1960-2015.* 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, (pp. 61-92)

LINZ, Juan (1991) "Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?" in LAMOUNIER, Bolívar (org.). *A opção parlamentarista.* São Pulo: Idesp, Editora Sumaré. Pp 61-120.

LINZ, Juan J. & VALENZUELA, Arturo (eds.). 1994. *"The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

LOUREIRO, M. R. D ; ARANTES, Rogério B. ; COUTO, Cláudio Gonçalves ; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In: Maria Rita Loureiro; Fernando Luiz Abrucio; Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco. (Org.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI.* Rio de Janeiro: FGV, 2010,

LUTZ, Donald (1995). "Toward a Theory of Constitutional Amendment." In Sanford LEVINSON, (ed). *Responding to Imperfection: The Theory and Practice of Constitutional Amendment.* Princeton: Princeton University Press, pp. 237-274.

MAINWARING, Scott. (2001). Sistemas Partidários em Novas Democracias – o Caso do Brasil. Rio de Janeiro. Editora da FGV. 2001.

MAINWARING, Scott. 1993. "Presidentialism, Multipartism, and Democracy: The Difficult Combination". *Comparative Political Studies* 26,2 (July): 198-228.

MAINWARING, Scott. A Democracia Presidencialista Multipartidária: O Caso do Brasil." Lua Nova No. 28/29 (1993): 21-74.

MARIANO SILVA, Jeferson. (2018), "Mapeando o Supremo". Novos Estudos Cebrap, 37, 1: 35-54.

MARIANO SILVA, Jeferson (2022) Depois da "judicialização": um mapa bibliográfico do Supremo. Revista de Sociologia e Política, vol. 30.

MAUERBERG, A. ; Pereira, Carlos ; Biderman, C. . The Evolution of Theories about the Brazilian Multiparty Presidential System. Journal of Politics in Latin America (Internet), v. 7, p. 143-161, 2015.

MEIRELES F. Oversized Government Coalitions in Latin America. Bras. Political Sci. Rev.. 2016;10(3):e0001. https://doi.org/10.1590/1981-38212016000300001

MELO, Marcus A (2013) "Mudança constitucional no Brasil: dos debates sobre regras de emendamento à megapolítica". *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 97, p. 187-206.

MENDES, Conrado Hübner; BRITO, A. S. ; SALES, F. R. ; AMARAL, M. C. S. ; BARRETO, M. B. . O (2023) *Caminho da Autocracia*. 1. ed. São Paulo: Tinta da China, 173p .

MENDES, Conrado Hübner; GARGARELLA, R. (Org.) ; GUIDI, S. (Org.) (2022) The Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America. 1. ed. Oxford: Oxford University Press.

MENDES, Conrado Hübner. (2013) Constitutional Courts and Deliberative Democracy. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 272p .

NEGRETTO, Gabriel (2012). "Toward a Theory of Formal Constitutional Change: Mechanisms of Constitutional Adaptation in Latin Latin America" in NOLTE, Detlef and SCHILLING-VACAFLOR. Almut (Org.). *New Constitutionalism in Latin America: Promises and Practices*. Farnham, Burlington: Ashgate Publishing. pp 51-72.

NEGRETTO, Gabriel. (2013). *Making Constitutions. Presidents, Parties, and Institutional Choice in Latin America*, Cambridge University Press

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, p. 289-318, 2011

NEIVA, Pedro; SOARES, Márcia. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 28, p. 97-115, 2013.

OLIVEIRA, Fabiana. (2018), "Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: como votam seus ministros". Marona, Marjorie Corrêa; Del Río, Andrés (orgs.). *Justiça no Brasil às margens da democracia*. Belo Horizonte: Arraes Editores: 251-274

PEREIRA, C.; POWER, Timothy; RAILE, Eric. (2011) The Executive Toolbox: Building Legislative Support in Multiparty Presidential Regime. Political Research Quarterly, v. 64, p. 323-334.

PEREIRA, C.; MELO, Marcus André; FIGUEIREDO, Carlos Mauuricio. Political and Institutional Checks on Corruption: Explaining the Performance of Brazilian Audit Institutions. Comparative Political Studies

PITKIN, Hanna (1987) "The Idea of a Constitution". Journal of Legal Education, Vol. 37, No. 2 (June 1987), pp. 167-169

POWER, Timothy J. 1994. "The Pen Is Mightier than the Congress: Presidential Decree Power in Brazil". Paper presented at the 18th International Congress of the Latin American Studies Association, Atlanta, March 10-12.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (2021) Como remover um Presidente: teoria, história e prática do impeachment no Brasil. 1. ed. São Paulo: Zahar.

RIBEIRO, Pedro. F., LOCATELLI, L., & ASSIS, P. P. (2022). "Acompanho o Meu Partido": Organização Partidária e Comportamento Legislativo no Brasil. Dados, 65(4).

SANTOS, Fabiano; Almeida, Acir. *Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2011.

SANTOS, Fabiano. (2002). Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. Dados, 45(2), 237–264. https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200003

SANTOS, Fabiano. 1997. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Vol. 40.

SHUGART, Mattew & CAREY, John M. 1992. Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics. Cambridge. Cambridge University Press.

SILVA, Virgilio A. (2021) Pauta, público, princípios e precedentes: condicionantes e consequências da prática deliberativa do STF. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais, v. 1, p. 22-56.

SILVA, Virgílio Afonso da. (2013) "Deciding without deliberating. International Journal of Constitutional Law", v. 11, p. 557-584.

SILVA, Virgílio Afonso da. (2021) Direito constitucional brasileiro. 1. ed. São Paulo: Edusp.

STEPAN, Alfred C. & SKACH, Cindy. 1994. "Presidentialism and Parliamentarism in Comparative Perspective". *In:* Linz and Valenzuela (1994), vol 1, 119-36.

STONE SWEET, Alec. (2000). *Governing with Judges. Constitutional Politics in Europe.* Oxford University Press.

STROM, Karen. 1990. *Minority Government and Majority Rule. Cambridge.* Cambridge University Press.

TAYLOR, Matthew. (2008). *Judging policy. Courts and Policy Reform in Democratic Brazil.* Stanford, Stanford University Press. Cap 2 e 4. pp 13-47; 72-89.

TSEBELIS, George (1997), "Processo Decisório em Sistemas Políticos: *Veto Players* no Presidencialismo, Parlamentarismo, Multicameralismo e Multipartidarismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº34, (pp. 89-118).

TSEBELIS, George and NARDI, Dominic. (2014) "A Long Constitution is a (Positively) Bad Constitution: Evidence from OECD Countries". British Journal of Political Science, Available on CJO 2014, doi:10.1017/S0007123414000441

TSEBELIS, George. "Constitutional Rigidity Matters: A Veto Players Approach". *British Journal of Political Science* (2021), page1 of 20 doi:10.1017/S0007123420000411

VERISSIMO, Marcos P.. (2008) A constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial "à brasileira". Revista Direito GV, v. 4, p. 407-440.

VIEIRA, Oscar V, GLEZER, Rubens e BARBOSA, Ana Laura (2023) "Infralegalismo autoritário: a estratégia do Governo Bolsonaro para implementar sua agenda iliberal sem apoio no Legislativo" in Oscar V. Vieira [et al.] (orgs). *Estado de Direito e populismo autoritário: erosão e resistência institucional no Brasil (2018-2022).* Rio de Janeiro: FGV Editora. (pp 33-72).

VIEIRA, Oscar Vilhena. (2008) "Supremocracia". *Revista Direito GV*, 4, 2: 441-464.